



06/17

CONTRATO PARA EXECUÇÃO DA EMPREI-  
TADA "**BENEFICIAÇÃO DA ACESSIBI-  
LIDADE AO EDIFÍCIO DA ESCOLA  
PRIMÁRIA DE SAPELOS**".

No dia um, do mês de Junho, do ano de Dois mil e dezassete, nesta vila de Boticas e Edifício dos Paços do Concelho, perante mim, **Dr. Manuel Augusto da Silva Barreira**, Director do Departamento de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal de Boticas e seu Oficial Público, compareceram como outorgantes:

**PRIMEIRO:**

**MUNICÍPIO DE BOTICAS**, NIF 506 886 964, com sede em Praça do Município, 5460-304 Boticas, endereço eletrónico *municipio@cm-boticas.pt*, telefone n.º 276410200 e fax n.º 276410201, neste ato legalmente representado pelo seu **Presidente da Câmara, Fernando Eirão Queiroga**, cartão de cidadão n.º 08431148 7ZY3, válido até 21/04/2018;

**SEGUNDO:**

**LUÍS DAMÁSIO, LDA.**, NIF e matrícula 509 132 944 - Conservatória do Registo Comercial de Boticas, com sede na rua da Beçada, n.º5, Carvalhelhos, 5460 - 130 Beça, endereço electrónico *luisdamasio@live.com.pt* e telefone n.º 276413111, neste acto legalmente representada pelo seu gerente, com poderes para o acto, **Luís Silva Damásio**, NIF 192839551, cartão de cidadão n.º 08914054 0 ZY5, válido até 30/07/2020, residente na rua da Beçada, n.º5, Carvalhelhos, 5460 - 130 Beça, qualidade e poderes que verifiquei pela certidão permanente conforme consulta efectuada no sítio da internet <https://portaldempresa.pt>.

Verifiquei identidade do representante do primeiro outorgante, bem como a qualidade e poderes que legitimam a sua intervenção neste ato, por conhecimento pessoal e a identidade do representante do segundo outorgante através da exibição do respectivo documento de identificação.

E pelo representante do primeiro outorgante foi dito que:

**Cláusula 1ª**

**Objeto do Contrato**

O presente contrato tem por objeto a execução da empreitada **“Beneficiação da Acessibilidade ao Edifício da Escola Primária de Sapelos”**, pelo preço de **Trinta e um mil, quatrocentos e setenta e sete euros e oitenta cêntimos (31.477,80 €)**, que não inclui IVA à taxa legal em vigor, precedida de ajuste direto – regime geral e adjudicada ao segundo outorgante por despacho do Presidente da Câmara Municipal de 5 de Maio de 2017, em conformidade com o Caderno de Encargos, Memória Descritiva e Justificativa / Mapa de Quantidades e Peças Desenhadas e Escritas, Condições Técnicas e Plano de Segurança e Saúde desta empreitada, devidamente aprovados por despacho do Vice-Presidente da Câmara Municipal de 26 de Abril de 2017, nos termos da proposta apresentada pelo segundo outorgante, bem como da lista de preços unitários a ela anexa, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos e cujo conteúdo os outorgantes declaram conhecer perfeitamente, os quais ficam arquivados no maço de documentos referente ao presente contrato.

**Cláusula 2ª**

**Prazo de Execução**

A referida empreitada deverá estar concluída no prazo de **Noventa dias (90)**, a contar da data do auto de consignação dos trabalhos, que deverá ser celebrado no prazo máximo de trinta após a data da assinatura do presente contrato, assumindo o segundo outorgante o compromisso de ter a empreitada totalmente concluída dentro do citado prazo.

**Cláusula 3ª**

**Prazo de Garantia da Obra**

1. O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos:

a) 10 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais.

b) 5 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas.

c) 2 anos para os defeitos que incidam sobre equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis.

2. Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra.

3. Excetuam-se do disposto no nº1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina.

#### **Cláusula 4ª**

##### **Pagamentos**

1 - Os pagamentos a efetuar pelo primeiro outorgante têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com a Cláusula 18.ª do Caderno de Encargos da empreitada objeto do presente contrato, bem como na Cláusula 25ª do mesmo Caderno.

2 - Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 dias após a apresentação da respetiva fatura.

#### **Cláusula 5ª**

##### **Revisão de Preços**

A revisão de preços será feita em conformidade com o Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de Janeiro, sendo aplicada a fórmula tipo prevista no n.º 2, da cláusula 29ª, do caderno de encargos da empreitada.

#### **Cláusula 6ª**

##### **Dotação Orçamental**

A empreitada consta do Plano Plurianual de Investimentos/Orçamento do primeiro outorgante para o corrente ano, tendo o encargo resultante deste contrato cabimento na rubrica com a seguinte classificação: Orgânica/Económica: 0300/07010401; Ação PPI n.º 15P006, Proposta de Cabimento nº 994, Compromisso n.º 1194 e Requisição Externa de Despesa n.º 627.

**Cláusula 7ª**

**Foro Competente**

Para a resolução de eventuais litígios, decorrentes do presente contrato, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Círculo, com expressa renúncia a qualquer outro.

**Cláusula 8ª**

**Prevalência**

1 - Consideram-se como condições a observar na execução da empreitada as expressas no contrato, no Caderno de Encargos e documentos complementares - Memória descritiva e Justificativa/Mapa de medições e Peças Desenhadas, Condições Técnicas e Plano de Segurança e Saúde - e na proposta apresentada pelo segundo outorgante.

2 - Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do presente contrato, seguidamente o Caderno de Encargos e os outros documentos complementares e em último lugar a proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante.

**Cláusula 9ª**

**Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e demais legislação aplicável.

**Cláusula 10ª**

**Disposições finais**

1 - Os pagamentos a efetuar ao abrigo do presente contrato serão efetivados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.

2 - O procedimento por ajuste direto - regime geral relativo ao presente contrato foi devidamente autorizado por despacho do Presidente da Câmara Municipal de 26 de Abril de 2017.

3 - Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato.



Pelos outorgantes foi dito que aceitam o presente contrato nos termos exarados, obrigando-se assim as partes ao seu exacto cumprimento.

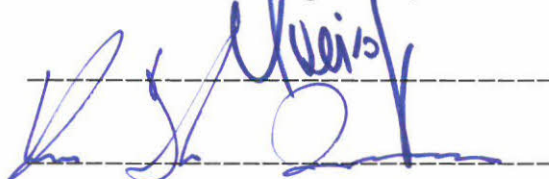
Assim o disseram e outorgaram por minuta aprovada por despacho do Presidente da Câmara Municipal de 19 de Maio de 2017, documento que me foi apresentado pelos outorgantes e que arquivo.

Pelo segundo outorgante foram ainda apresentados os seguintes documentos:

- 1 – Certidão (consulta), emitida pelo Serviço de Finanças de Boticas em 09 de Maio de 2017 e comprovativa de a firma representada pelo segundo outorgante ter a sua situação tributária devidamente regularizada;
- 2 – Certidão (consulta), emitida pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social em 09 de Maio de 2017 e comprovativa da firma representada pelo segundo outorgante ter a sua situação contributiva devidamente regularizada;
- 3 – Alvará de Construção n.º 63767;
- 4 – Certificados de Registo Criminal dos gerentes da firma;
- 5 – Declaração nos termos da alínea a), do n.º1, do artigo 81º, do Código dos Contratos Públicos.

O presente contrato foi lido e explicado aos outorgantes, depois do que vai ser assinado por ambos e por mim, Oficial Público.

Os Outorgantes,



O Oficial Público,

